

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2005
(Do Sr. Antonio Carlos Pannunzio)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o desabastecimento de medicamentos, de distribuição obrigatória, para tratamento da AIDS.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a mesa, sejam solicitadas as informações a seguir listadas ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o desabastecimento de medicamentos, de distribuição obrigatória para tratamento da AIDS:

- a) Quais as causas da falta de medicamentos para tratamento dos portadores de AIDS, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e em que período esta se verificou?
- b) Em que Unidades da Federação esta ocorrência esteve concentrada e quais as medidas de correção de curso que foram tomadas pelos órgãos competentes?
- c) Quais as áreas responsáveis pelo controle e atendimento da demanda, pela execução e planejamento das compras e pelo acompanhamento dos estoques disponíveis, bem como da capacidade e prazo de resposta dos fabricantes/revendedores/distribuidores?
- d) Como se dá a integração e a articulação entre as diversas áreas do Ministério da Saúde no sentido de garantir a normalidade do abastecimento desses produtos? Houve dificuldades para a suficiente provisão de recursos orçamentários, como reclamam, por exemplo, os laboratórios oficiais? E de matéria-prima para a fabricação dos produtos? Como se dá o fluxo de informação entre as diversas partes que integram o processo?
- e) Quais as atribuições formais, neste particular, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde? Qual a competência expressa da Coordenação de DST/AIDS, do Assessor

Especial do Ministro, e do Secretário de Vigilância em Saúde, nesta matéria?

- f) Quais as razões da recente exoneração do Sr. Luiz Carlos Bueno de Lima do cargo de Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde? E quais os motivos das divergências, nas explicações atribuídas ao desabastecimento por esta autoridade em relação àquelas apontadas pelo Secretario Executivo do Ministério, pelo Assessor Especial do Ministro e pelo Coordenador de DST/AIDS, entre outros, nesta questão?
- g) Qual o envolvimento do Ministro da Saúde, enquanto titular da pasta, na operacionalidade e viabilidade desse processo, que tem como interessados, os portadores de AIDS, seus familiares e toda a sociedade?

JUSTIFICAÇÃO

Declarções do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, constantes de matéria intitulada “Assessor culpa Ministro por falta de remédio”, publicada pela Folha de São Paulo, em sua edição de 23 de fevereiro de 2005, consubstanciam denúncias contra o Sr. Ministro da Saúde “... de ignorar alerta sobre crise no abastecimento de remédios contra a AIDS feito por sua área”. Ao comentar as consequências dessa omissão, ele afirma que a falta desses medicamentos “... atingiu ao menos 30 mil pacientes e é a maior crise do modelo de fornecimento, referência no mundo”.

Em outro veículo, o Estado de São Paulo, noticiou, em ampla reportagem do dia anterior, sob o mesmo foco, as interpretações oficiais, transmitidas pelo Sr. Antônio Alves de Souza, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, sobre o atraso nas negociações com fornecedores, que culminaram, segundo ele, no quadro de crise de abastecimento sob discussão, o que não coincide com as versões apresentadas pelo Sr. Alexandre Granjeiro, ex-Coodenador de DST/AIDS.

Da leitura atenta desta e de outras notícias depreende-se que as razões oficiais estão longe de admitir um erro de cálculo do Governo Federal, quando os fatos demonstram que houve a necessidade de realizar importações emergenciais da Argentina, o que não ocorreu. O desabastecimento poderia ser evitado, mediante a celebração de termo adicional que permitisse a realização de compras em quantidades superiores àquelas inicialmente contratadas pelo Ministério.

A simples descrição desses acontecimentos leva a concluir quanto a existência de problemas de planejamento na execução das atribuições do Ministério da Saúde, e a falta de entrosamento entre as autoridades encarregadas de dirigir as várias áreas que compõem esse processo, de vital relevância para população brasileira e que, chegando a se repetir, poderá alcançar outros segmentos igualmente carentes de cuidado e atenção

Sala das Sessões, em 01 de março de 2005

**Deputado Antonio Carlos Pannunzio
PSDB/SP**